

# Contribuições de José Carlos Mariátegui ao Pensamento Descolonizado

Vivian Urquidi<sup>1</sup>

## Resumo:

Neste trabalho temos o objetivo de recuperar o pensamento do peruano José Carlos Mariátegui, um dos principais autores marxistas latino-americanos que, em décadas recentes vem sendo reavido para compreender não apenas a crescente etnização da política na região, como a formação de um pensamento descolonizado a partir de projetos de retórica socialista. Da década de 1990 em diante, observa-se na América Latina que movimentos étnicos são consolidados, enquanto políticas de inclusão das minorias étnicas são incorporadas com maior ou menos intensidade nos Estados Latino-Americanos. Esta nova fase da política mostra uma compreensão mais ampla da nação, porém se num primeiro momento as políticas multiculturais formaram parte de reformas estruturais de ordem liberal na América Latina, com o tempo elas foram apropriadas por uma esquerda renovada, em especial em países de forte presença indígena, onde passou a se pensar nos povos indígenas não apenas como sujeitos de direito e cultura, mas principalmente como portadores de alternativas para uma nova hegemonia. Recuperar José Carlos Mariátegui ganha importância nesse cenário, pelas possíveis contribuições que teria feito para um pensamento descolonizado, uma vez que já no início do século XX, o autor peruano foi capaz de entender que as questões nacionais na América Indígena não poderiam ser resolvidas sem um projeto que considere os povos indígenas. E mais: que as formas de organização social, política e econômica destes povos poderiam ser a base para um projeto socialista a partir de uma utopia andina.

**Palavras-Chave:** Mariátegui, Pós-colonialismo, Povos Indígenas

A recuperação do pensamento de José Carlos Mariátegui quer mais que recuperar seu pensamento. De tempos em tempos, a teoria social costuma visitar seus autores fundadores para resgatar as *grandes questões* pendentes que no caso da América indígena passam necessariamente por dar uma resposta à situação dos *povos indígenas*, a partir de um projeto político com validade sobre a totalidade nacional e que supere o fardo da colonialidade dos poderes.

É o que se busca, na inspiração da obra do peruano José Carlos Mariátegui (1895-1930), o primeiro e -para muitos autores (Melis, 1980, Aricó, 1980, Fernandez, 1995) -principal marxista latino-americano, cujo trabalho datado das primeiras décadas do século XX tem inspirado o debate crítico sobre a questão nacional, numa aposta localmente referenciada, assim como a luta e ação de movimentos revolucionários da região.

No umbral do século XXI, a volta a Mariátegui é favorecida pela emergência de movimentos sociais indígenas com projetos políticos que incluem a tomada do poder, e pelo fortalecimento de uma esquerda que, após duas décadas de incertezas, recupera seu prumo com o desafio de construir um projeto político igualitário do ponto de vista também, e principalmente, cultural.

Ao resgatar desta vez a obra de Mariátegui - dentro de outros grandes autores latino-americanos-, porém, propõe-se mais que um simples revivalismo da esquerda em tempos de *socialismo do século XXI*. Buscamos considerar quanto dos desafios postados pelo autor peruano podem ainda iluminar o

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta da Universidade de São Paulo no curso de Políticas Públicas e nos programas de pós-graduação em Integração da América Latina, e de Estudos Culturais.

momento que ora se constrói, e de que modo ele adiantou e inspirou os debates contemporâneos sobre um pensamento descolonizado para a América Latina.

Estamos cientes, evidentemente, dos limites do autor na época da construção dos seus horizontes políticos, de modo que iniciamos sua apresentação cientes de que, um século mais tarde, quando novas perguntas e constatações exigem categorias renovadas de resposta, qualquer crítica que possamos fazer, corre o risco da anacronia.

De fato, a crise do socialismo real, que culminou com a queda do Muro de Berlim dos anos 80, e que forçou a crítica marxista a questionar seus paradigmas teóricos, operou também uma devastadora dúvida existencial ao promissor pensamento político e social latino-americano, que nas décadas de 60 e 70 parecia, finalmente, ter encontrado um alicerce firme para tratar a questão nacional, sua situação de dependência e de herança colonial num marxismo localmente situado.

As violentas ditaduras regionais que depois foram seguidas, já em tempos de democracia, por agressivas reformas estruturais de ordem liberal no Estado, como se sabe, expulsaram dos centros do debate crítico e político não apenas a imaginação política revolucionária com também seus sujeitos e projetos locais.

Para os países que viveram a empreitada do, assim nomeado, *neoliberalismo*, o fenômeno implicou o desmonte não apenas dos projetos nacional-desenvolvimentistas protagonizados pelos Estados da região nas últimas décadas, como também a ruptura do eixo de organização clássica das resistências sociais, principalmente dos sindicatos e dos partidos de esquerda.

Paralelamente, criticou-se a pulverização da ação política coletiva, em movimentos sociais diversos que, mormente desarticulados, pareciam pouco promissores do ponto de vista da construção de um projeto político para a totalidade nacional, como outrora o fizera o projeto proletário de revolução.

Em tal contexto de incertezas, ao longo da década de 1990, ficou por conta da iniciativa de novos setores sociais, entre eles os movimentos indígenas, trazer de regresso as *grandes questões* não resolvidas da região: a ausência de projetos autônomos de desenvolvimento para o país dependente, o padrão colonial de dominação interna e a incapacidade das elites locais de articular a totalidade social e cultural em cada país.

Eis que Mariátegui volta mais uma vez em diversas obras reeditadas e digitalizadas, em material de análise e crítica, e no discurso político da nova esquerda.

Mariátegui foi o primeiro e mais influente pensador marxista latino-americano (Quijano, 2007), *pai* de uma geração de intelectuais críticos (Fernandes, 1975) cuja produção cúspide ocorrerá somente décadas mais tarde, a partir dos anos 1960.

No plano da ação política, sua vida e sua obra, ao longo do século XX, vêm servindo de fonte de reflexão para analisar o caráter da luta revolucionária socialista, cujo teor, nos países de predominância indígena, como na Bolívia e no Equador, busca ser indo-socialista.

A obra de Mariátegui inclui uma vasta produção de artigos de opinião política, crônicas do cotidiano, análises do cenário socioeconômico nacional e internacional, e de crítica literária, entre outros, que posteriormente será publicada mais de vinte volumes. Seu principal trabalho, *Sete Ensaios Interpretação da Realidade Peruana* (Mariátegui, 2007) publicado em 1928, pouco antes da sua morte, se constituiu desde então no produto literário mais vendido no Peru, e no livro peruano traduzido no maior número de línguas, o que lhe confere relevância internacional no foro acadêmico e também literário.

A grande contribuição desta análise ensaística é que a obra propôs uma leitura nova da realidade peruana -que poderia ser a da América Hispânica-, tentando articular uma explicação que parte da análise econômica e da organização política e administrativa regionalista do país e termina nos problemas da educação, da religião e da produção literária, passando antes pela temática que ora torna sua obra referencial: a interpretação do problema agrário e da terra no Peru, e nela, a *questão do índio*.

Posteriormente, as explicações da realidade peruana e da latino-americana serão também apresentadas na Primeira Conferência Comunista Latinoamericana (Mariátegui 1929a, 1929b), definindo a originalidade do seu pensamento. Como estudioso profundo do marxismo, mas sem uma leitura ortodoxa –o que não o poupou de críticas intensas nos foros em que as diretrizes da Terceira Internacional eram reproduzidas- Mariátegui buscou pensar um programa revolucionário para um país de forte presença camponesa-indígena, onde as forças produtivas, sob o controle predominante de uma oligarquia fundiária, não estavam desenvolvidas o suficiente para a formação de uma burguesia dinâmica ou de um sólido proletariado revolucionário.

Tal foi o desafio que Mariátegui se colocou a partir dos *Sete Ensaio*s: evidenciar que o germe da revolução, ademais de existir no proletariado, estava também latente no campesinato indígena, e que este deveria ser considerado não apenas porque protagonizava a crescente organização política da década de 1920, mas principalmente pela ainda sobrevivente estrutura comunitária do *ayllu*. Assim, as características de trabalho e propriedade coletivas do *ayllu* seriam a base de novas relações materiais e o embrião a partir do qual se estruturaria o futuro Estado Socialista.

É preciso lembrar que quando Mariátegui propõe sua interpretação sobre a realidade peruana, a Terceira Internacional -amparada no ímpeto da Revolução Russa de 1918- estava em franca expansão na América Latina e que, não obstante seu crescimento regional, tinha grande dificuldade para entender a composição classista das sociedades americanas. O desenvolvimento heterogêneo das forças produtivas fazia pensar aos comunistas que o imperativo revolucionário deveria apostar numa ação em etapas, iniciada pela aliança das classes populares com a burguesia emergente, para posteriormente, dadas as condições materiais e subjetivas, poder realizar a *verdadeira revolução socialista*. As lutas indígenas, por outro lado, eram consideradas apenas no seu potencial classista ou, quando pensadas como lutas nacionais, elas importavam -na interpretação dos seguidores da Internacional- como lutas anticapitalistas e anti-imperialistas.

É justamente nessa questão que Mariátegui dá sua contribuição inédita, ao identificar nas comunidades indígenas um potencial revolucionário a ser associado ao dos operários e da pequena burguesia, e vislumbra assim um novo sujeito político a ser fortalecido no Peru, e no resto dos países da América indígena, a partir de quem avançar no projeto de socialismo indo-americano.

E mais: seria necessário compreender que a incipiente burguesia – essencialmente comercial-, longe de ter interesses antagônicos com o latifúndio, atuava aliada a ele como intermediária do capital internacional. Por isso, a burguesia não apenas seria incapaz de dar-se conta dos interesses em conflito com a atrasada estrutura fundiária, como também não era nacionalista, nem anti-imperialista.

Nesse cenário, Mariátegui formula mais uma de suas interpretações originais da realidade peruana, e que servem para outros países da região, pois aqui tempos produtivos distintos coexistem sem profundas contradições, mostrando que a economia comunitária é subsumida à produção “*semifeudal*” que, pelo seu turno, se articula subordinadamente com a lógica do capitalista em fase monopolista. Assim, a regularidade histórica sequencial observada na Europa ocidental, em que um modo de produção é superado por outro, se manifesta no caso peruano como uma totalidade de diversas modalidades produtivas funcionalmente articuladas com o capitalismo internacional.

Esta interpretação que supera a visão dualista das sociedades coloniais somente será mais desenvolvida décadas mais tarde, a partir da década de 1960, pelas teorias da dependência, em que pese às posições divergentes entre os teóricos, se alcançaria o consenso de que, na América Latina, vinha se desenvolvendo um capitalismo do *tipo dependente* em virtude do modo como as economias regionais se inseriam no sistema capitalista já dominado pelos países centrais, o que exigia repensar criticamente as estruturas globais responsáveis por tal dependência (Marini, 2008 [1973], Weffort, 1995, Gunter-Frank, 1971). Muito embora a inquestionável originalidade e relevância dos *dependentistas*, porém, por um longo período o pensamento destes intelectuais ainda se manteve permeado pela lógica dualista que Mariátegui havia superado nas suas interpretações da realidade peruana e latino-americana.

As conclusões de Mariátegui não poderiam ser então outras -inspirando por isso as futuras ações libertárias latino-americanas-, que a luta do proletariado e da pequena burguesia contra o capitalismo não poderia estar separada da luta do camponês-indígena contra o latifúndio, e que essas contendas seriam ao mesmo tempo lutas anti-imperialistas e “*base da revolução indo-americana*” no Continente. Com isto, Mariátegui, em desafio às diretrizes da Terceira Internacional, defenderia a tese de que era possível abandonar o modelo etapista da revolução e desenvolver um *socialismo indo-americano* a partir da estrutura complexa já existente na América Latina, em que as comunidades indígenas tinham muito a contribuir.

A atualidade da interpretação mariateguiana mostra seu vigor dando uma contribuição para o debate sobre o ainda indefinido *Socialismo do Século XXI* em países andinos como a Bolívia e o Equador, em que o indígena-camponês assume o papel central de sujeito histórico -“*a solução do problema do índio tem de ser uma solução social*”, algo que “*os índios é que devem realizá-la*”-, componente decisivo do cimento social e do novo projeto de Estado em moldes plurinacionais.

Possivelmente deveríamos ter iniciado esta apresentação, perguntando-nos até que ponto a obra produzida no início do século XX para a realidade peruana –e por extensão para grande parte da latino-americana- pode ser reconstruída para interpretar os projetos ora vigentes de pretensão *pós-colonial*, sem os riscos de ou descontextualizar o pensamento do autor à luz de acontecimentos outros, ou padronizar suas posições em categorias que não lhe dizem respeito. A questão torna-se ainda mais delicada quando se considera que as ricas experiências dos projetos políticos pós-coloniais que vêm surgindo na América Latina e no mundo trazem a chancela da denúncia dos poderes coloniais e incitam à ruptura com o padrão *eurocêntrico* de conhecimento, incluindo a doutrina marxista, que é componente fundamental do pensamento de Mariátegui.

Sabe-se que desde as lutas anticoloniais deflagradas a partir da década de 1960 na África e na Ásia, originou-se também uma importante reflexão crítica e política sobre uma ordem específica de poderes, os *poderes coloniais* (Quijano, 2000; 2005), que se teriam instalado como legado europeu da colonização, e que a violência dessa forma específica de dominação os generalizou mundo afora.

Tal crítica será por isto conhecida como o *pensamento pós-colonial*. Ele denuncia sinteticamente que, ao ser o Ocidente Europeu o centro fundacional moderno e irradiador de uma matriz colonial designa-se a este conjunto de práticas e valores como típicas do *Eurocentrismo*, palavra-chave que designa um modelo civilizatório imposto ao resto das civilizações como estrutura material-econômica, filosófica-científica e de práticas em conformidade com as hierarquias de privilégio do *homem heterossexual/ branco/ patriarcal/ cristão/ militar/ capitalista/ europeu* (Grosfoguel, 2008). Resultam daí as inúmeras operações de oposição dual, dicotômica, que convencionaram “*uma nova perspectiva temporal da história* (situando) *os povos colonizados, bem como a suas respectivas histórias e culturas, no passado de uma trajetória histórica cuja culminação (é) a Europa*” (Quijano, 2005: 48). Os povos colonizados passaram assim a ser considerados como *selvagem*, o *outro negativo* das sociedades *civilizadas*; o *tradicional*, o *rural*, o *atrasado* e *improdutivo*, quando o *urbano*, *moderno*, *desenvolvimento* e que cumpre as tarefas do *progresso* é o branco, o ocidental e o colonizador. A lógica da dominação, finalmente, se consolidou quando o colonizado internalizou sua posição de dominação e a partir dela assumiu a tarefa de reproduzir as hierarquias e classificações coloniais como legítimas (Memmi, 2007 [1972]).

Ao negar-se a considerar as histórias latino-americanas pela perspectiva dualista, José Carlos Mariátegui teria adiantado uma crítica que somente tomaria forma e conteúdo na América Latina, cinquenta anos mais tarde. Paralelamente, ao julgar o conteúdo político revolucionário das comunidades indígenas, ele teria apostado num projeto de país e nação, e numa teoria social que fossem localmente referenciados, contestando, assim o *eurocentrismo* e o dogmatismo dos cânones de interpretação sejam eles liberais ou inclusive marxistas, fonte da qual retirou sua inspiração política e filosófica.

Apresentamos aqui dois argumentos que consideramos fundamentais para considerar as contribuições de José Carlos Mariátegui ao pensamento social pós-colonial latino-americano, cientes de que a crítica que nasce no furor das lutas contra o colonialismo vigente no século XX avançou em âmbitos impensados no momento da produção de Mariátegui, sem por isso, desmerecer a obra original deste interpretador da realidade regional.

### Bibliografia referenciada

- ARICO, José. Introducción. Arico, José (Seleção e Introdução). *Mariátegui y los Origenes del marxismo Latinoamericano*. México: Ed. Pasado y Presente, 1980.
- FERNANDES, Florestan. Prefácio à MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, pp. xiii-xix.
- GROSFUGUEL, Ramón: Developmentalism, Modernity, and Dependency theory in Latin America. In: MORÑA, Mabel; DUSSEL, Enrique; JAUREGUI, Carlos A. (Ed.) *Coloniality at Large: Latin America and the Postcolonial Debate*. USA: Duke University Press/Durham & London: 2008. pp. 307-331
- GUNDER-FRANK, André, *El desarrollo del subdesarrollo*, Barcelona: Cuadernos Anagrama. 1971
- MARIÁTEGUI, José Carlos. El problema de las razas en la América Latina. Apresentada en: Primera Conferencia Comunista Latinoamericana. 1929b. Acessível en: [www.patriaroja.org.pe/docs\\_adic/obras\\_mariategui/Ideologia y Politica/paginas/tesis\\_ideologicas.htm#II3](http://www.patriaroja.org.pe/docs_adic/obras_mariategui/Ideologia_y_Politica/paginas/tesis_ideologicas.htm#II3)
- MARIÁTEGUI, José Carlos. Oriente y Occidente. In: *La escena contemporánea*. Lima: Ed. Minerva, 1925. Acessível em: [http://www.patriaroja.org.pe/docs\\_adic/obras\\_mariategui/La%20escena%20contemporanea/paginas/oriente%20y%20occidente.htm](http://www.patriaroja.org.pe/docs_adic/obras_mariategui/La%20escena%20contemporanea/paginas/oriente%20y%20occidente.htm)
- MARIÁTEGUI, José Carlos. Punto de Vista Antiimperialista. Apresentada en: *Primera Conferencia Comunista Latinoamericana*. 1929a. Acessível em: [http://www.formacion.psu.org.ve/wp-content/uploads/2010/07/Mariategui\\_Punto\\_de\\_vista\\_antiimperialista.pdf](http://www.formacion.psu.org.ve/wp-content/uploads/2010/07/Mariategui_Punto_de_vista_antiimperialista.pdf)
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana*. Trad. Felipe Lindoso. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. [1ª. Edição 1928], 330 p.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete Ensayos de la Realidad Peruana*. Caracas: Fundación Ayacucho. 2007.
- MARINI, Ruy Mauro. “Dialéctica de la dependencia”. [1973] In: *América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini*. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008.
- MELIS, Antonio, “J.C. Mariátegui, primer marxista de América”, in, *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*, segunda edición, México, Cuadernos de Pasado y presente, nº 60, 1980.
- MEMMI, Albert. *Retrato do Colonizado precedido de Retrato do Colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. [1972)
- QUIJANO, Anibal, Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LEHER, Roberto & SETÚBAL, Mariana (org.). *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: Diálogos para uma nova Práxis*. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. *Journal of World-Systems Research*, vi, 2, summer/fall 2000, 342-386.
- QUIJANO, Anibal. *Prólogo*. In: *Siete Ensayos de la Realidad Peruana*. Caracas: Fundación Ayacucho. 2007.

WEFFORT, Francisco, "Notas sobre la 'teoría de la dependencia': ¿teoría de clases o ideología nacional?". *Revista Política y Sociedad*, Madrid: Facultad de Ciencias Políticas y Sociología-UCM, N° 17. 1995 (1972). pp. 97-105.